

O PROTAGONISMO FEMININO RURAL EM UMA COMUNIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Fabiane Oliveira dos Santos¹

Eliene Gomes dos Anjos²

RESUMO

As agricultoras familiares desempenham importante papel na força de trabalho nos espaços rurais, apesar das desvantagens que enfrentam devido à lógica patriarcal que impera nas relações sociais no campo. Nesta perspectiva, este artigo objetivou compreender as dinâmicas vivenciadas pelas agricultoras familiares inseridas em uma associação de uma comunidade rural do Recôncavo para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Buscou-se, também, visibilizar o protagonismo das mulheres rurais e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais. O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que constitui estratégia para investigação de acontecimentos contemporâneos, para isto, foram realizadas duas oficinas de forma presencial com as agricultoras familiares de uma associação localizada em uma comunidade rural no Recôncavo da Bahia. As narrativas das mulheres elucidam a relevância da inserção das agricultoras em empreendimentos associativos, e, particularmente, em grupos de mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero, na valorização e reconhecimento do trabalho feminino. Por meio da participação associativa e do acesso às políticas públicas, em alguma medida, alcançaram autonomia econômica e entenderam as lógicas que estratificam os papéis de homens e mulheres, sobretudo da mulher negra, para que lutem pelo protagonismo feminino rural no cotidiano da comunidade e na esfera doméstica.

Palavras-chave: Agricultoras Familiares; Interseccionalidade; Patriarcado; Organização associativa; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Family farmers play an important role in the workforce in rural areas, despite the disadvantages they face due to the patriarchal logic that prevails in social relations in the countryside. From this perspective, this article aimed to understand the dynamics experienced by family farmers inserted in an association of a rural community in Recôncavo to overcome the disadvantages faced by their gender condition. It was also sought to make visible the protagonism of rural women and contribute to the training of farmers so that they can insert their products in the markets, in more competitive conditions regarding nutritional care. The research method adopted was the case study, which is a strategy for the investigation of contemporary events, for this, two workshops were held in person with family farmers from an association located in a rural community in the Recôncavo of Bahia. The women's narratives elucidate the relevance of the insertion of women farmers in associative enterprises, and particularly in women's groups, in confronting gender inequalities, valuing and recognizing women's work. Through associative participation and access to public policies, to some extent, they achieved economic autonomy and understood the logics that stratify the roles of men and women, especially black women, so that they fight for rural female protagonism in the daily life of the community and in the domestic sphere.

Keywords: Family farmers; Intersectionality, Patriarchy; Associative organization; Public Policies

¹ Nutricionista da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, com Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, com Pós-doutorado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Introdução

A agricultura familiar representa uma forma social específica cuja atividade produtiva articula o grupo familiar com a terra e com os meios de produção. Neste modo de viver, as mulheres têm papel crucial pela atuação no trabalho produtivo e reprodutivo, ainda que enfrentem diversas formas de desigualdades devido às lógicas patriarcais e racistas que permeiam as relações sociais nos espaços rurais. A sociedade patriarcal se constitui um sistema de dominação masculina por meio de um pacto interclassista, no qual os indivíduos do sexo masculino se sobressaem universalmente como gênero hegemônico. No meio rural, esse binômio de dominação/submissão ainda é mais acentuado, uma vez que ocorre a divisão sexual do trabalho, relegando as mulheres à condição de ajuda no trabalho produtivo e à obrigatoriedade nas atividades domésticas e do cuidado.

Segundo Pimbert (2009), as mulheres rurais constituem a maior força de trabalho dos sistemas alimentares. A autora demonstra nas suas análises a importância das mulheres nos sistemas de base agroecológica, não apenas em termos econômicos, mas também pelo sentido e sua contribuição para as relações sociais, econômicas e da própria vida em pressupostos mais sustentáveis. No entanto, é notória a permanência do patriarcado como sistema estruturador das relações sociais, tornando-se necessárias reflexões relativas às configurações que assumiu diante da dinâmica social. Estabelecer esse debate impõe uma reflexão sobre as relações de gênero e raça que também estruturam as desigualdades no Brasil, com conotações mais perversas nos espaços rurais porque as agricultoras lutam pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho.

Desse modo, tornam-se necessários estudos que permitam avançar nessas discussões e que busquem compreender os processos de rupturas na hierarquia de gênero na economia rural, evidenciando a importância do trabalho feminino em diferentes contextos. Este artigo segue esta perspectiva, ao delimitar como objetivo principal compreender as dinâmicas vivenciadas pelas agricultoras familiares inseridas em uma associação de uma comunidade rural do Recôncavo para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. Busca-se, também, visibilizar o protagonismo feminino rural e contribuir com a formação das agricultoras para que possam inserir seus

produtos nos mercados, em condições mais competitivas no que tange aos cuidados nutricionais.

Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa, de caráter compreensivo e descritivo, centralizada nos atores envolvidos, uma vez que traz contribuições fundamentais à pesquisa social, com ênfase nos processos e nos significados dos fatos, cuja preocupação está centrada em compreender o protagonismo da agricultora familiar associada. O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que constitui estratégia para investigação de acontecimentos contemporâneos, buscando compreender com maior detalhamento e profundidade, dentro do seu contexto da vida real, fenômenos sociais complexos, quando não há manipulação de comportamentos relevantes, e os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2005).

O trabalho de campo foi realizado com um grupo de agricultoras familiares que integram um empreendimento associativo na comunidade rural da Sapucaia, no município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia, entre os meses de julho e agosto de 2023. Essas mulheres apresentam idades entre 26 e 74 anos, se autodeclararam pretas e relataram ter companheiro. A renda familiar média é de um salário-mínimo, parte dessa renda familiar é proveniente da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Para a coleta dos dados foram realizadas duas oficinas de forma presencial com as agricultoras, na sede dessa Associação. A interação entre a pesquisadora e as participantes alicerçou-se no método ativo. Este consiste em um processo de aprendizagem no qual o respeito é um ponto fundamental na relação entre educador e educando. Respeitar o tempo, a capacidade criativa do educando, as manifestações do senso comum e a curiosidade são inerentes ao método ativo (Freire, 1996). Um dos grandes méritos deste método está em instigar a autonomia do sujeito de forma que este venha a se perceber dentro do processo de aprendizagem como protagonista. As principais restrições e obstáculos desse método residem no fato de que, para ser efetivado, é imprescindível que os participantes se comuniquem, interajam e colaborem de maneira ativa. Isso, em algumas ocasiões, revela as dificuldades que os participantes enfrentam, sejam elas conscientes ou não.

Além desta seção introdutória, o artigo segue estruturado em mais cinco seções. A seção seguinte trata da relação entre o patriarcado e as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres rurais. Na terceira seção, uma reflexão sobre a interseção das

questões de gênero e raça no contexto das agricultoras familiares ilustrada pelos dados do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A quarta seção trata da associação como ferramenta de ruptura da subalternidade feminina. Na quinta seção, uma breve reflexão sobre a oficina de boas práticas no manuseio da produção alimentícia que propiciou a troca de saberes entre a pesquisadora e as pesquisadas. Por fim, as considerações finais.

A Lógica Patriarcal Na Estruturação Das Relações Sociais No Campo

A formação histórica da sociedade brasileira revela um cenário construído de exclusão e subalternização da mulher, regida pela lógica patriarcal que impõe a dominação masculina e hierarquiza os trabalhos produzidos por homens e mulheres, invisibilizando o trabalho feminino rural, o que resultou em séculos de discriminação, exploração, opressão e violência mais acentuadas no campo (Nascimento, 2017). Apesar dos avanços, ainda persistem no país enormes desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e entre as zonas rural e urbana, demonstrando a manutenção de um contexto de ausência de direitos para uma significativa parcela das mulheres rurais (Cintrão; Siliprandi, 2011).

O espaço rural ainda se apresenta como um ambiente de reprodução de muitas práticas conservadoras, motivadas pela influência do patriarcado, da religião e do baixo nível de educação formal (Tavares; Minuzzo; Santos, 2021). O patriarcado baseia-se no controle do trabalho feminino, excluindo as mulheres do acesso aos recursos produtivos, dispondo as relações patriarcais no âmago das relações de produção (Bueno; Silva, 2020). Ao contrário do que se imagina, o patriarcalismo não se iniciou no latifúndio colonial brasileiro, mas desde a construção da vida social, estando o homem como o centro da família e ditador das regras a serem seguidas pelos outros componentes do grupo familiar. Segundo Bicalho (2020), tais práticas são oriundas das culturas ocidentais, de forma geral, desde os tempos greco-romanos.

Gilberto Freyre (1936), no início do século XX, já identificava o regime patriarcal nas práticas e imaginário da sociedade brasileira. O homem concebia a mulher como uma criatura o mais diferente possível dele, a mulher era considerada o sexo fraco e belo, enquanto o homem o sexo forte e nobre, impedindo, dessa forma, a competição da mulher no domínio econômico e político, características que ainda imperam do patriarcalismo agrário, tal qual predominaram no Brasil colonial e imperial. Assim sendo, os princípios basilares da organização social são a subordinação hierárquica das mulheres aos homens e dos jovens aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade.

O padrão moral herdado do patriarcado rural se reflete nas mais diversas formas de discriminação, para além do machismo e da desigualdade de gênero, destaca-se também a discriminação contra a população negra desvendada com a abordagem interseccional que revela o entrelaçamento da raça e gênero como atributos estruturantes das desvantagens enfrentadas pelas mulheres negras (Collins; Bilge, 2021). Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, impulsionados pela industrialização, evolução tecnológica e a expansão da participação feminina no mercado de trabalho, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na superação das desigualdades de gênero, com a forte persistência do patriarcado em suas diferentes formas e intensidades. Ainda persiste a concepção do homem como provedor e da mulher como cuidadora, estas expectativas da sociedade na definição dos papéis sociais prejudicam as mulheres que, em muitos casos, são moldadas a reproduzir o que lhes é imputado, compreendendo como sua obrigação, por exemplo, o trabalho reprodutivo.

Os estudos feministas e do feminismo negro têm demonstrado avanços no contexto descrito, mas ainda distantes de assegurar a emancipação das mulheres das diversas formas de dominação. No contexto rural atual, o patriarcado ainda impera no estabelecimento agropecuário, no qual os homens são tidos como os principais produtores e chefes da família, cabendo às mulheres as incumbências do espaço doméstico, ocupando lugares como de ajudante, realizando as atividades domésticas e as do cuidado que não são remuneradas, tampouco reconhecidas como trabalho. Uma reflexão crítica sobre o trabalho rural faz-se necessária para desvendar a sua dimensão para além da esfera da produção, pois é preciso problematizar a hierarquização do âmbito produtivo sobre o doméstico e o de cuidados. Ao se refletirem as especificidades dos espaços rurais fora da lógica patriarcal, visibilizará o trabalho feminino rural em suas mais diversas facetas, inclusive na esfera produtiva (Anjos; Conceição, 2023).

Na agricultura, as diferenças de gênero estão rigorosamente presentes, por meio da hierarquia familiar, da divisão sexual do trabalho, da desvalorização e invisibilização da força de trabalho feminino, resultando na exclusão dessas do protagonismo na esfera produtiva (Nascimento, 2017). Na divisão sexual do trabalho, cabe à mulher o espaço privado, que abrange os arredores da casa, com produção nos quintais e a criação de pequenos animais. Não obstante, há uma força de trabalho feminino empregada nos processos produtivos das lavouras, porém, na maioria das vezes, a comercialização e o ambiente público são exercidos pelos homens, o que prova a dominação e controle tanto do aspecto financeiro quanto das limitações impostas às mulheres para ocuparem esses ambientes (Santos *et al.*, 2020).

A cultura patriarcal desenvolvida e sistematizada no campo é tão marcante que a mentalidade, os privilégios e o poder centrado no patriarca perpassam por séculos e permanecem arraigados na sociedade, com algumas transformações em face das novas mudanças sociais ocorridas, tendo muitos de seus valores incutidos no pensamento conservador, que se traduz em inúmeras dificuldades, em uma enorme desigualdade econômica e social. Esses valores não se alinham a uma sociedade plural e democrática, por esse motivo vem avançando sobre as discussões identitárias e assumindo protagonismo o movimento das trabalhadoras rurais que confrontam esta lógica. Pacheco (2002) defende a quebra do paradigma dominante na economia que reforça as desigualdades de gênero, ignora o trabalho reprodutivo não remunerado da agricultora familiar e a divisão sexual do trabalho, devendo-se reconhecer todo trabalho exercido por essas mulheres.

A permutação dos modos de vida patriarcais está ligada à ocupação de espaços de poder pelas mulheres em posições de destaque na organização e na articulação dos movimentos. Por mais que haja avanços e conquistas das mulheres em contextos rurais, elas ainda têm que transpor muitos obstáculos, sendo um deles a dependência financeira (Maciazeki-Gomes; Nogueira; Toneli, 2016). A busca pela igualdade entre as mulheres e os homens deveria ser algo racional, voluntário e permanente, por meio de ações como a educação e a abertura do mundo público à participação das mulheres (Siliprandi, 2009). A invisibilização da atuação das mulheres agricultoras é uma barreira que vem sendo transposta com a participação em grupos produtivos, associações e cooperativas (Leal *et al.*, 2020). Assim, em se tratando do papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais, segundo Sen (2000), se percebe as agricultoras cada vez mais como atrizes

sociais na busca por uma melhor qualidade de vida e exercendo um papel de agente ativa das mudanças.

As mudanças de ordem social, econômica, cultural e política estão sendo enfrentadas pelas mulheres agricultoras através da criação de novas formas de resistência e a partir de suas diferentes posições de gênero, de classe social e de raça. Buscam, deste modo, sair do estado de dependência econômica e constituir processos de autonomia e liberdade (Esmeraldo, 2021). A autonomia financeira oportuniza que mulheres em conjunturas de vulnerabilidade consigam alterar suas condições sociais e econômicas, e por meio de seu trabalho e através de seus esforços vêm modificando as estruturas de dependências patriarcais modernas, gerando sustento a si próprias e aos seus filhos, sem submeter-se aos agravos das relações de dominação (Teixeira, 2012).

Em vista disso, a autonomia das mulheres rurais vai além do que apenas a remuneração pelo trabalho realizado, perpassa por diversos campos, como valorização do salário mínimo, acesso a creches e previdência social, políticas públicas direcionadas às especificidades dos empreendimentos da economia solidária, o enfrentamento à violência, soberania alimentar e ampliação na participação política (Velloso; Anjos, 2022). Essa autonomia decorre do acesso a políticas públicas, que possuem papel fundamental para aumentar as liberdades a partir da expansão das capacidades e devem dirimir as principais fontes limitadoras como a pobreza e a opressão, e suscitar possibilidades de acesso à saúde, educação, meio ambiente saudável, e principalmente, igualdade e equidade (Araújo, 2020).

Superar o paradigma androcêntrico e hegemônico dominante é de extrema necessidade, tendo como caminho as políticas públicas, devendo essas enxergar as privações, as limitações e os obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais e promover a expansão das capacidades e a equidade, além de reorientar o modelo de desenvolvimento e o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos políticos.

Questões De Gênero E Raça No Meio Rural: Um Paralelo Com Os Dados Do Censo Agropecuário

A categoria gênero é um construto social que explicita as desigualdades entre homens e mulheres, utilizado como instrumento heurístico e político para designar as relações sociais entre os sexos. Conforme Scott e Cordeiro (1995), seu uso rejeita

explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, é, portanto, uma forma de indicar construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Incorporando-a enquanto dimensão analítica, permite nomear campos das práticas sociais e possibilita compreender as relações sociais de forma relacional. No entanto, somente a categoria gênero não desvenda todas as desigualdades vividas pelo universo feminino, uma vez que as relações sociais também são atravessadas pela interseção de diversos outros marcadores, como a raça/etnia, geração, sexualidade, dentre outros (Anjos *et al.*, 2020).

Crenshaw (2002, p. 177) relata que

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Desse modo, a perspectiva interseccional permite uma análise mais aprofundada das disparidades sociais de mulheres de diferentes grupos étnicos, revelando deste modo condições específicas de exclusão e discriminação para grupos também específicos, além de evidenciar a sobreposição de sistemas de poder, principalmente sobre as mulheres negras e rurais.

No Brasil, as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social, sendo essa uma característica estrutural da nossa sociedade. O ser mulher negra abrange um complexo conjunto, formado por identidade, vivência e experiências, indo além de estereótipos limitantes, incorporando assim uma diversidade de desafios enfrentados pelas mulheres negras e de narrativas que têm sido historicamente moldadas. A mulher negra traz consigo a herança da escravidão, fatores que limitam e criam barreiras de acesso às oportunidades nas esferas políticas, sociais, econômicas e culturais.

As diversas expressões caricaturadas do ser mulher negra baseadas em imagens estigmatizadas e estereotipadas externam a condição feminina marcada pela subalternização de gênero e étnico-racial, a desvalorização social, estética e cultural desse agrupamento. Esse contexto demonstra o processo de exclusão a que estão submetidas,

decorrente do racismo estrutural, sendo algo histórico e sistêmico. Assim, o racismo e o patriarcalismo se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas, onde as mulheres negras são marcadas por múltiplas opressões e vulnerabilidades em virtude de sua identidade. Gama e Velloso (2022) afirmam que as mulheres negras, desde o período da escravidão, são reconhecidas pelos estereótipos que obedecem a um padrão representado pelo corpo, que quando não sexualizado era condicionado às práticas de servidão.

Conforme Quijano (2005), a classificação racial foi estabelecida como instrumento de hierarquização e naturalização da exploração de certos indivíduos, assim como as classificações sexuais criaram distinções que recaíram, especialmente, sobre as mulheres, principalmente as não brancas, dos países colonizados, tipificando-as como inferiores. O passado colonial e escravista do Brasil subsidiou a grande presença de negros no meio rural, sendo estes pequenos produtores de bens de subsistência, ao mesmo tempo que formavam a força de trabalho à disposição do capital. Este passado está fortemente associado à subalternização do gênero e de raça. O processo histórico e político que transforma a diferença em desigualdade expõe o sistema político de exclusão (Gusmão, 1994).

A estrutura da sociedade na época colonial era extremamente hierarquizada, revestida de um caráter patriarcal e paternalista, refletindo-se de maneira profunda sobre a mulher. A mulher negra se cristaliza como elemento da estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Assume empregos domésticos, e ainda permanece como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021), reflexo da discriminação e do preconceito que não foram alterados com a instituição do trabalho livre.

Diferentemente do que afirmaram as teorias sobre a modernização e a mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser reservado para a população negra, e mesmo a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico não contribuiu para diminuir a distância entre os grupos raciais (Hasenbalg, 1979). Portanto, o negro rural permanece sendo o pequeno produtor de subsistência, contudo, é também uma força de trabalho à disposição do capital.

Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 80), a divisão racial do trabalho está enraizada na sociedade:

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão

racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Cabe destacar que a luta das mulheres agricultoras negras perdura porque permanecem vivas no imaginário social as reminiscências do período colonial, mantendo intactas as relações de gênero e a hierarquização segundo a cor ou raça instituída no período da escravidão. Esses fatos demonstram que esse grupo não alcançou ainda a emancipação almejada. Essa luta é para garantir direitos sociais, políticos e qualidade de vida, uma vez que visa expor as situações de conflito e exclusão que enfrentam, além de contribuir para a conquista da visibilidade dessas mulheres como sujeitos políticos. A passos lentos essas mulheres vêm conquistando a sua emancipação e direitos nessa sociedade racializada.

A história do Brasil deixa clara a participação intensa e a importância das mulheres rurais negras, estas desempenharam e continuam desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico, social e cultural, uma vez que as mulheres concentram a maioria do trabalho agrícola, e possuem uma carga de trabalho superior a dos homens. Ainda assim, são invisibilizadas, inclusive no Censo Agropecuário 2017, ao apontar os homens como predominantemente majoritários na direção dos estabelecimentos rurais no Brasil. Deste modo, dar voz e visibilidade a essas mulheres é de extrema importância para escrever novos capítulos na história econômica brasileira.

O Censo Agropecuário 2017 registrou 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, desses, 593.411 estão localizados na Bahia, dos quais 26.057 estão no Recôncavo, território em que se localiza o estudo de caso pesquisado. A agricultura familiar é responsável por 75% da extração vegetal, produz 64% do leite de vaca e 60% da horticultura nacional, além de ser detentora de 31% das cabeças de bovinos, 45% de aves e 70% dos suínos do país (IBGE, 2019). Reconhecido como berço da agricultura familiar, o Recôncavo da Bahia foi a primeira região de exploração agrícola para exportação de cana-de-açúcar, e os subsequentes ciclos de cultivos de algodão, café, fumo e da citricultura, além de diversas culturas de subsistência, predominando em sua maioria pequenos cultivos, e constituiu, na época colonial, um centro econômico de destaque (Gonçalves *et al.*, 2004). Essa região se caracteriza não apenas pelas suas incríveis

variáveis físico-naturais, mas, sobretudo, por sua história e dinâmica sociocultural (Nacif, 2010).

As mulheres rurais têm atuação destacada nesse processo, segundo a FAO (2016), pois são fundamentais na produção de alimentos no campo. Na Bahia, ainda segundo o Censo Agropecuário 2017, 433.551 dos estabelecimentos familiares são dirigidos por homens e 159.860 por mulheres, destes, 78% são dirigidos por mulheres negras. No Recôncavo, o Censo nos revela que 16.023 (62%) estabelecimentos familiares são dirigidos por homens e 10.034 (38%) dirigidos por mulheres. Do universo dirigido por mulheres, 90% são identificadas como mulheres negras (IBGE, 2019). Deste modo, Silva e Anjos (2022) constataam que o número reduzido de mulheres como principais responsáveis na propriedade familiar deve-se, dentre outros fatores, à falta de reconhecimento do trabalho feminino rural. O que reforça a análise de que o trabalho feminino não apresenta o mesmo destaque hierárquico e de remuneração que o trabalho dos homens, não alcançando visibilidade e valorização social e econômica.

Ainda com base nas reflexões de Silva e Anjos (2022) dos dados do Censo, constatamos que no Recôncavo há um predomínio no meio rural de mulheres negras, com baixa escolarização, em idade adulta, classificadas no agrupamento com menor poder aquisitivo. Dados que denunciam os processos de exclusão vivenciados pelas mulheres rurais negras e, ao mesmo tempo, revelam a tripla opressão enfrentada, a luta pela superação da pobreza, da relação de subordinação por ser mulher e a necessidade de ruptura da dinâmica das relações raciais no Brasil.

O estado da Bahia e seus territórios são atravessados pelas desigualdades de cor/raça na sua construção histórica. Tais heranças históricas colonial, escravista e agrária ainda refletem na dificuldade da população ao acesso à direitos fundamentais, tais como saúde, trabalho e educação. Tais dificuldades, segundo Coelho (2022), são reflexos da cultura etnocêntrica e patriarcal, que impede a agricultora familiar negra de ter existência própria e autodeterminação como sujeito social e político, sendo necessário que elas sejam compreendidas como sujeitos políticos e autônomos.

No que tange a Santo Antônio de Jesus, município em que se localiza a comunidade rural estudada, o Censo apontou 2.715 estabelecimentos agropecuários. Desses, 1.996 são da agricultura familiar, sendo 1.168 (58%) dirigidos por homens e 828 (42%) dirigidos por mulheres. Em relação ao perfil racial, 713 (86%) das agricultoras familiares se declaram negras. Quanto à participação em organizações associativas, 1.280

estão inseridos nos formatos associativos, desses 738 (58%) são homens e 542 (42%) são mulheres (IBGE, 2019). O estado somou 223.185 estabelecimentos familiares que estavam vinculados a associação, sindicato ou cooperativa, desses 65.165 são de mulheres e 158.020 de homens. No Recôncavo, 10.384 (40%) estão em algum tipo de organização, onde 5.998 (58%) são dirigidos por homens e 4.386 (42%) por mulheres (IBGE, 2019).

Nos estabelecimentos rurais da Bahia, o cooperativismo e o associativismo desempenham papel relevante no desenvolvimento social e econômico, tendo como finalidade o fomento à ação coletiva, a melhoria da qualidade de vida, a organização da produção, acesso a compra de insumos e estender os canais de comercialização através da inserção da produção familiar no mercado (Rocha; Anjos, 2021). Assim sendo, o associativismo se constitui numa alternativa necessária dos agricultores familiares para sua inserção no mercado, evitando deste modo a ação de atravessadores, sendo um norteador aos agricultores na comercialização da sua produção.

As associações são um espaço democrático, pois possuem relevância política e social que propicia experiências emancipatórias a grupos subalternizados e precarizados historicamente, tais como as mulheres agricultoras familiares. Notadamente percebe-se que ocorreu nos últimos anos uma significativa e crescente participação feminina nesse sistema. Sendo esta uma alternativa dessas agricultoras de se contrapor à realidade patriarcal e de relações de gênero estabelecidas, além de ser um espaço para reivindicar seus direitos, buscando uma autonomia econômica sustentável e de quebra da invisibilidade do trabalho feminino, e facilitador ao acesso às políticas públicas.

Anjos *et al.* (2018) apontam que quando inseridas em experiências coletivas, as mulheres adquirem formação para questionar os papéis que lhes são atribuídos, provocando repercussões nos espaços públicos e privados nos quais estão inseridas. A ação das associações e das cooperativas propiciou às mulheres um espaço para descobrir as relações de dominação a que estavam submetidas e a possibilidade de romper com a cultura patriarcal que reduz o trabalho produtivo feminino ao status de ajuda (Anjos; Conceição, 2023).

As experiências das agricultoras familiares em sua inserção em associações possibilitam o processo de protagonismo das mulheres, sobretudo as negras, por serem ambientes de luta e de formação, que propiciam uma visão mais crítica dos papéis sociais atribuídos, além de se reconhecerem como sujeitos na construção da vida social. Na seção

seguinte, analisaremos as experiências de um grupo de mulheres ícone das análises empreendidas até então.

A Associação Feminina Como Estratégia Para Romper A Submissão

A pesquisa empírica foi realizada em uma comunidade rural de Santo Antônio de Jesus, uma das mais importantes cidades do Recôncavo Baiano. Esta foi apontada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de 2015, como o quarto município mais desenvolvido do estado. Em 2016, ocupou a sétima posição, atrás somente de cidades de grande produção agrícola para exportação, de algumas cidades metropolitanas e da capital (IFDM, 2016). As mulheres participantes da pesquisa são membros da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS), fundada em 1989, atualmente tem representação feminina significativa nos cargos diretivos.

Em 2017, foi criado o grupo denominado Mulheres de Fibra, resultado da implementação de um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, constituído por 15 mulheres da AACS, com o intuito de gerar trabalho e renda para as agricultoras e ser um espaço de formação para alcançar a autonomia feminina. A agricultura familiar associada, juntamente com o grupo formado exclusivamente por mulheres, é desafiada a organizar a produção de alimentos para ampliar a renda familiar e, também, contribuir com a promoção da segurança alimentar e nutricional. Essas mulheres encontraram no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) um canal de comercialização para gerar renda, mas, para além disso, vivenciaram uma experiência coletiva que permitiu o despertar das relações de dominação, caracterizadas pelas práticas patriarcais, que estimularam rupturas e consciência de si como protagonistas da história pessoal e coletiva compartilhada nas oficinas realizadas.

As agricultoras ressaltam a importância dos programas governamentais de compras na diversificação de mercados. Do mesmo modo, Anjos *et al.* (2018) colocam em evidência os mercados institucionais ao garantirem reserva de mercado para a agricultura familiar, estimulam a inserção menos subordinada desse segmento nos circuitos de comercialização, restringem a atuação de intermediários, contribuem com a melhoria da renda, garantem o escoamento da produção, além de fortalecer os processos organizativos, com reflexos no empoderamento dos agricultores e de suas organizações.

As oficinas foram realizadas baseadas nas metodologias da educação popular, sustentadas numa relação dialógica. A primeira contou com a presença de cinco agricultoras, que se autoidentificam como mulheres negras, integrantes do Mulheres de Fibra, nas faixas etárias de 26 a 45 anos, além da pesquisadora, como a facilitadora, e a orientadora da pesquisa. Nesse momento foi narrado o trabalho realizado pelas agricultoras e a percepção delas sobre as conquistas alcançadas. A técnica utilizada na oficina consistiu em uma adaptação do método intitulado Café Mundial (*World Café*). Trata-se de um diálogo colaborativo e flexível, que ajuda na mediação das aprendizagens em grupos a partir de um ponto de vista interdisciplinar do conhecimento, construindo desta maneira a identidade dos integrantes, pautada nas ações de conhecer, aprender e transformar por meio dela (Bussolotti; Aranha; Cunha, 2018). Segundo Fernandes (2015), o *The World Café* é um método para conversas significativas sobre questões complexas, baseado em um conjunto de princípios, visando criar um ambiente seguro para as pessoas falarem sobre o que realmente importa.

Para a promoção de espaço de discussão e produção de conhecimento, as participantes foram divididas em dois grupos, foram entregues a ambos os grupos cartolinas e canetas coloridas, e realizadas as seguintes perguntas: i) O que faz você feliz?; ii) Na sua opinião, como era ser mulher rural no tempo das suas avós? E como é agora?; iii) Como você definiria uma pessoa independente, ou seja, com autonomia? Você se sente assim? Por quê?

Os diálogos ocorridos nos dois pequenos grupos foram aprofundados na plenária com as respostas das questões apresentadas, o que permitiu às agricultoras falarem sobre si, suas histórias e experiências, retomar memórias da infância e da vida em comunidade, refletir sobre a estrutura social. A análise dos dados foi conduzida com base nas categorias analíticas estabelecidas no referencial teórico, incorporando durante a elaboração do texto alocações das participantes, que foram identificadas por nomes fictícios. A técnica de análise seguiu a metodologia de Bardin (2016), com análise de conteúdo que propiciou uma compreensão profunda dos dados, oferecendo uma visão detalhada dos processos subjetivos e sociais das agricultoras que compuseram o estudo, facilitando, dessa forma, a interpretação de significados latentes nas narrativas coletadas.

A metodologia adotada pode ser sumarizada (Bardin, 2016) em três etapas: na primeira etapa, denominada de pré-análise, consistiu na leitura inicial do material oriundo do levantamento bibliográfico que permitiu a definição das categorias teóricas. A segunda

poder de compra, de venda e ter dinheiro na conta. Uma agricultora destaca que nunca reclamou do trabalho nem ficou sem ele, pois trabalhava na roça do pai “*porque eu gostava, cada pé de hortalica, cada semente que planto é porque eu gosto*” (Girassol, 2023). Segundo Silva e Tolfo (2012), o trabalho constitui um fenômeno psicossocial fundamental à existência humana, está aí sua importância para a criação de vínculos, sobretudo nas organizações. Esse aspecto também é corroborado por outra agricultora, quando afirma que o “*trabalho dignifica a pessoa*” (Margarida, 2023).

Para as agricultoras, ser mulher rural no tempo pretérito, das avós, era sinônimo de sofrimento, desespero, opressão, sem voz ativa e desprovida de rede de apoio.

A mulher era vista como uso próprio do marido, submissa aos seus companheiros e submissas à sociedade. Eram apenas parideiras. Quando falo, lembro do avental, que tem um significado de servir, as mulheres eram serviçais dos seus maridos. Entendo que domesticadas, pois eram mandadas, dominadas, hoje ainda tem mulheres dominadas, muitas são mortas pelos companheiros (Margarida, 2023).

As falas apontam trajetórias de opressão, principalmente nos espaços domésticos. As condições narradas coadunam com a lógica patriarcal que desumanizou as mulheres e as transformaram em um apêndice dos homens: “*A minha avó ficou órfã com três meses de vida e foi criada pelos irmãos, casou cedo com um homem autoritário e violento. Não havia rede de apoio, nem familiar. Não tinha nem produção como a gente tem hoje*” (Azaleia, 2023).

Segundo Arriazu (2000), em virtude dos papéis e normas sociais atribuídos ao gênero, cria-se no homem uma ideia de superioridade e poder, em muitos casos, dando origem a uma situação de violência, uma vez que estes acreditam que têm o direito de controlar uma mulher, podendo fazer uso de intimidação, coerção, ameaças e força. Para a autora, a violência é sempre uma forma de demonstrar o poder através do uso da força, seja ela física, psicológica, econômica, política, e ampara-se na existência de um superior e de um subordinado.

O patriarcado é o elemento que sustenta este princípio de que o marido é proprietário da mulher, dela podendo dispor da forma que entenda como mais favorável para si. Essa ideologia, tão enraizada e estruturada em nossa sociedade, elabora a imagem de esposa ideal, obediente ao seu marido, fiel apesar de traída, e a valorização de habilidades masculinas como a de controlar a esposa e corrigi-la quando necessário (Oliveira, 2007). A violência contra a mulher presente em toda sociedade está ainda mais

enraizada no cenário rural. Visto que a violência adquire formas complexas e múltiplas, manifesta-se nas relações sociais cotidianas que se ancoram nas hierarquias intrafamiliares e sociais, e na legitimidade masculina da divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar (Costa; Lopes; Soares, 2014).

Apesar das agricultoras que participaram da dinâmica perceberem a realidade das gerações passadas, caracterizada pela relação de dominação e submissão feminina, atualmente descrevem um cenário mais favorável no enfrentamento das desvantagens vividas. Afirmam que há reconhecimento no trabalho que realizam, que se sentem orgulhosas em ser mulher rural e que ocorreu um fortalecimento da categoria com a possibilidade de inserção dos seus produtos no mercado. Tais aspectos favoreceram à mulher rural ter autonomia e dispor de liberdade para fazer suas escolhas, além de contar com uma rede de apoio, como a associação comunitária, que não era possível no tempo de suas avós.

A inserção associativa dessas agricultoras negras proporcionou a atuação como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora rural, sendo esse um espaço de aprendizado coletivo, no qual exerceram o direito à fala, a discordar, concordar, propor e reivindicar. Também reconheceram a importância das atividades produtivas desenvolvidas tanto para o Mulheres de Fibra quanto para o ambiente doméstico. Apesar de apontarem conquistas para as mulheres rurais quando compararam à situação das avós, algumas narrativas ainda demonstram a reprodução dos papéis que lhes foram impostos:

Às vezes ele quer voltar ao tempo de outrora, do pai dele, às vezes ele esquece que está no tempo de hoje, mas ele me ajuda muito. Às vezes, ele acha de manhã que botar o café do marido é obrigação da esposa, só que eu puxo a corda dele e boto ele para ir fazer [...] A gente sabe que é nossa obrigação, é claro que eu não vou largar tudo para ele fazer. Eu não vou fazer uma comida? Eu sei as minhas obrigações. Mas tem horas que a gente está cheia, sobrecarregada. Eles têm que entender também (Margarida, 2023).

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos, tendo dois princípios organizadores: o princípio de separação, onde existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, onde o trabalho de homem tem maior valor que o trabalho de mulher.

Ademais, a divisão sexual do trabalho não tem efeito somente no emprego e na participação diferenciada de homens e mulheres no mercado, se perpetua das

desigualdades de tratamento entre os gêneros. Apesar do aumento da participação dos homens no trabalho doméstico nas últimas décadas, ainda é consideravelmente inferior às atividades desempenhadas pelas mulheres. Apesar de as mulheres conseguirem transpor a barreira da aceitação social e atuarem no mercado de trabalho, ainda assim continuam desempenhando as tarefas domésticas, mantendo o seu papel de dona de casa (Madalozzo; Martins; Shiratori, 2010).

O trabalho reprodutivo feito gratuitamente no espaço doméstico é majoritariamente de responsabilidade das mulheres, sendo imprescindível para a sustentação do patriarcado. Ainda que as mulheres participantes da pesquisa tenham rompido com o papel tradicional da esposa/mãe, ainda utilizam do termo ajuda para qualificar o trabalho realizado pelo homem no ambiente doméstico e declaram obrigação com as atividades do cuidado, apesar de reconhecerem a sobrecarga. O depoimento destacado ilustra a ponderação de Anjos e Conceição (2023) acerca das mulheres agricultoras familiares inseridas em formatos associativos, pois, no entendimento das autoras, em sua maioria, têm tripla jornada de trabalho, ao atuarem no trabalho reprodutivo, cuidam da casa e do bem-estar dos membros da família; trabalham na produção do estabelecimento familiar e dedicam horas para viabilizar o empreendimento coletivo em que estão inseridas.

Em relação à autonomia, as participantes entendem que ser independente é não ter dependência do outro, é ter autonomia financeira, ter dinheiro.

Quando eu quero comprar as minhas coisas, eu não preciso pedir nada, eu não vou lá e pergunto: marido, eu posso comprar? Não, eu vou lá e compro, quando ele chega já está as coisas dentro de casa [...]. Então, eu me acho independente (Margarida, 2023).

Ter autonomia, ter conhecimento, ter autoridade, ser inteligente, esforçada, ser corajosa, ter dinheiro e não depender do outro para nada. E eu me acho independente. Eu só não tenho muita coragem, mas independência eu tenho, se eu quero ir na rua agora e peço para ele me levar e ele diz: “eu não posso”, eu vou (Lírio, 2023).

Autonomia, segundo Lalande (1999), conduz o pensamento à ideia de liberdade, da propriedade pela qual o ser humano pretende poder escolher as leis que regem sua conduta, assim dizendo, dá possibilidade e capacidade de livre decisão dos indivíduos e grupos sobre suas próprias ações na vida. Para Soares (2011), a autonomia feminina se

define a partir de uma tríade dos elementos físicos, econômicos e de decisões, sendo então, a capacidade de poder decidir sobre sua própria vida, consoante com seus próprios desejos.

Todavia, as mulheres, em sua maioria, não parecem convencidas de terem conquistado realmente o direito a uma vida de autonomia, isto porque persistem grandes contradições em nossa sociedade, atitudes ambíguas e destoantes em relação ao papel que a mulher deve desempenhar. A realidade da mulher rural não diverge de tal pensamento, agravada pela falta de perspectivas e oportunidades e pela própria noção de autonomia que possuem, e ainda pela estrutura social baseada no patriarcado. *“Eu acho que quando a gente convive com um companheiro, tem coisas, têm decisões, claro que a gente depende um do outro, mas nesse sentido aqui, não depender do outro quando se toma uma decisão própria para o meu bem-estar”* (Girassol, 2023).

Para Anjos e Conceição (2023), as agricultoras contribuem na renda familiar e ainda assim enfrentam diversas dificuldades para participarem da tomada de decisão da utilização dos recursos financeiros, assim como dos investimentos que são resultados obtidos com a contribuição do trabalho desempenhado por elas que, conforme a literatura feminista, ainda é apresentado na maioria das vezes como “uma ajuda”.

O fator preponderante para que as mulheres tenham autonomia é o econômico. A autonomia financeira oportuniza que mulheres consigam alterar suas condições objetivas, deslocando as estruturas de dependências patriarcais modernas por meio de seus esforços, sem submeter-se aos agravos das relações de poder (Teixeira, 2012). Apesar do avanço da participação das mulheres no mundo do trabalho, isto não implicou condições equânimes ou na independência financeira feminina em relação aos seus companheiros.

Eu sou independente em algumas partes. Se eu precisar, eu passar em uma loja, como já aconteceu várias vezes, me dê vontade de comprar, eu achar que vai ficar legal em mim, eu vou comprar, e quando chegar em casa eu vou dizer, em tal loja tem tal conta para você pagar, então não vai ser eu que vou pagar, mas já foi avisado [...] financeiramente, independente totalmente eu não sou, porque só ele que trabalha tendo aquele valor certinho todo mês [...]. Eu tenho o meu próprio dinheiro, eu trabalho aqui, mas a renda maior é dele, então, o que eu faço no meu trabalho aqui é só para mim, mas tem necessidades que eu ainda dependo do recurso dele (Gérbera, 2023).

Como é sabido, a desigualdade de salários no mundo do trabalho, considerando as interseccionalidades de gênero, etnia e raça, demonstram que mulheres não brancas são as mais afetadas por tal diferenciação, sendo que os grupos com menos recursos têm uma maior dependência, acarretando em uma profunda desigualdade entre os desiguais, isso se evidencia com mais força no meio rural. Para transformar tal realidade, é necessária uma vigorosa política de valorização do salário mínimo, focada nas mulheres, inclusive do campo (Faria, 2009). São necessárias, ainda, políticas de igualdade de oportunidades, de ações afirmativas e de educação.

Hirata e Kergoat (2007) argumentam que são estabelecidos diferentes papéis sociais e trabalhos exequíveis aos diferentes sexos, tendo essa divisão social a característica da designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.

Assim, as atividades realizadas pelas agricultoras familiares são histórica e culturalmente caracterizadas com status inferior, não sendo valorizadas e nem visibilizadas, porque não geram renda monetária direta, cabendo a essas mulheres tarefas de produção e reprodução relativas ao âmbito doméstico extensivo aos arredores da casa. Ficando os homens prioritariamente nas atividades geradoras de maior renda e administração da propriedade, sendo considerados os chefes da família e são eles que têm o poder na tomada de decisões referentes à unidade de produção. O que revela a fragilidade econômica enfrentada pelas mulheres rurais, devido às construções simbólicas hierárquicas de valores dos sujeitos e dos trabalhos, reproduzindo relações sexistas e patriarcais, nas quais, na maioria das vezes, as mulheres não participam da etapa de comercialização do que é produzido no âmbito familiar.

A participação das agricultoras em formatos associativos amplia as possibilidades de ruptura da atuação patriarcal no meio rural, provocando transformações nas relações de gênero, assegurando maior autonomia às mulheres, por meio da valorização da capacidade laboral feminina, da participação nas tomadas de decisão no empreendimento e da inserção na comercialização. Além disso, proporciona uma reflexão crítica sobre a agenda de trabalho na esfera doméstica e fomenta espaços educativos, fatores preponderantes na conquista do protagonismo, o qual é caracterizado pela valorização e o reconhecimento das habilidades femininas no processo de autonomia e tomada de decisões.

Troca De Saberes Para Qualificar A Produção Das Agricultoras

Com a intenção de estabelecer uma troca de conhecimento com as agricultoras participantes da pesquisa, propusemos uma segunda oficina que pudesse contribuir com a qualificação do manuseio dos produtos das agricultoras familiares que são comercializados nos programas de compras públicas. Assim, foi realizada uma segunda oficina, que teve como tema as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e o acesso às políticas públicas, com foco no PNAE. Ocorreu mediante explicação oral, com a incitação da participação ativa de todas as envolvidas, contando com a presença de seis agricultoras negras, com idade entre 26 e 74 anos. Como método de fixação de aprendizado sobre BPF, foi utilizada uma história e, a partir dela, as participantes foram estimuladas a apontarem quais os erros e acertos cometidos pela personagem durante o processo de produção e comercialização. Ao final da apresentação foi realizada uma coleta de informações das participantes por meio do uso de um questionário estruturado, para a identificação do perfil das agricultoras familiares por meio de informações como idade e grau de escolaridade, além de informações acerca da produção e cultivo e forma de comercialização dos produtos e questões referentes a dificuldades na inserção no PNAE.

Conforme a portaria nº 326 (1997), e a RDC nº 216 (2004), entende-se como Boas Práticas, os procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênica e sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (Brasil, 1997; Brasil, 2004). Assim sendo, as BPFs incluem normas referentes às edificações, equipamentos, móveis, utensílios, manipuladores, produção e transporte dos alimentos (Brasil, 2002).

As agricultoras familiares entendem que as BPFs são: “*as boas práticas é um ritual, que deve ser feito desde que se inicia, até quando finaliza a produção*” (Gérbera, 2023). Outra entrevistada complementa: “*são questões de higiene do ambiente e das pessoas*” (Azaleia, 2023).

Cruz (2007) também identificou em sua pesquisa que os agricultores, diferentemente da legislação que baseia a qualidade em termos de estrutura e de instalações mínimas, associam a qualidade dos alimentos ao processamento e às atitudes, referindo-se à limpeza e cuidados para evitar contaminações. O que demonstra a necessidade de contínuas formações sobre Boas Práticas, para que essas agricultoras

tenham uma visão ampla e completa do processo como um todo, a fim de garantir um fortalecimento da comercialização dos alimentos produzidos por elas.

Em se tratando de pequenos empreendimentos rurais e urbanos dedicados ao cultivo, Maluf e Menezes (2001) apontam que a transformação e a comercialização de produtos agroalimentares ampliam a disponibilidade de alimentos de qualidade de um modo menos custoso, valorizando a diversidade nos hábitos de cultivo e de consumo.

Ter conhecimento sobre BPFs poderá criar possibilidades promissoras de inserção das agricultoras familiares em diferentes mercados por meio da sua produção, uma vez que se verifica um aumento da exigência por parte dos consumidores, que estão cada vez mais preocupados com a qualidade e a procedência dos produtos consumidos, e ainda por qualidade higiênico-sanitária se tratar de um importante fator de segurança alimentar.

O processo formativo com conteúdo nutricional constitui uma estratégia para o fortalecimento dos empreendimentos e sua consolidação nos mercados, reside aí a importância de a pesquisadora compartilhar seus conhecimentos técnicos com as mulheres que são sujeitos deste estudo. Essa ação extrapola o debate no meio acadêmico dos resultados gerados pelas pesquisas de campo para seus participantes, ela demonstra que a troca de saberes constitui uma relação mais democrática na construção do conhecimento entre quem pesquisa e pesquisado. Ademais, entendemos que a oficina contribuiu para o aperfeiçoamento das técnicas já utilizadas, proporcionando um processo reflexivo sobre as Boas Práticas de Fabricação que repercutirá nos aspectos sociais e econômicos do modo de ser e fazer da agricultura familiar feminina.

Considerações Finais

Este trabalho buscou compreender o processo vivenciado pelas agricultoras familiares associadas para romper as desvantagens enfrentadas pela sua condição de gênero. As experiências e percepções relatadas nas oficinas revelaram que as Mulheres de Fibra estão escrevendo um novo capítulo na vida social rural da comunidade. Embora seja evidente que as obrigações domésticas e os cuidados sejam sentidos como obrigações femininas, as mulheres demonstraram autonomia na organização produtiva, no processo de comercialização e na geração de renda a partir da inserção no empreendimento associativo.

As narrativas revelaram que são críticas em relação à situação vivenciada pelas mulheres rurais das gerações passadas, ao constatarem que eram oprimidas, submetidas física e economicamente ao poder masculino. Mas, apesar das conquistas e dos diálogos demonstrarem um protagonismo na trajetória pessoal e coletiva das Mulheres de Fibra, o patriarcado ainda é estruturante nas relações sociais porque o trabalho reprodutivo continua sendo uma obrigação feminina, fruto da divisão sexual do trabalho, e no rendimento familiar, a composição que se origina dos homens parece ser a que tem maior peso na reprodução da família. Esses aspectos estão relacionados com a forma de organização da produção do estabelecimento familiar que ainda apresenta os homens como principais dirigentes, como foi demonstrado nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os avanços ocorridos na sociedade, com maior inserção das mulheres no trabalho produtivo e na luta pelo reconhecimento da sua contribuição nos sistemas agroalimentares, ainda se deparam com entraves para a superação das diversas formas de desigualdades que estratificam a vida social no campo. O processo emancipatório das mulheres rurais, sobretudo as negras, não ocorre facilmente porque é difícil romper com as estruturas tradicionais rurais ancoradas nas heranças do patriarcado, nas relações assimétricas de gênero e no racismo estrutural vigente na realidade social. Em vista disso, há um longo caminho a ser percorrido para construir uma relação equânime em todas as esferas das relações sociais. O agir coletivo é cada vez mais necessário para o reconhecimento coletivo, o apoio em rede, a valorização social de todas as atividades desenvolvidas pelas agricultoras familiares e a reivindicação de políticas públicas para superar a situação de vulnerabilidade econômica que caracteriza as comunidades rurais do estado. Por fim, salientar a importância da participação associativa que possibilitou uma reflexão crítica das desigualdades de gênero vividas no campo para que se constituíssem em mulheres de fibra que lutam pelo protagonismo da sua história.

REFERÊNCIAS

ALLEN, D. Social networks and self-employment. **Journal of Socio-Economics**, v. 29, n. 5, p. 487-501, 2000.

ANJOS, E. G. dos; CONCEIÇÃO, D. de S. da. Visibilizar para reconhecer: uma análise sobre as mulheres agricultoras familiares do Recôncavo baseada no Censo Agropecuário 2017. In: SCHEFLER, M. de L. N. *et. al.* (Org.). **Gênero, geração e comunidades**



tradicionais. Salvador: Aruá Edições, 2023. p. 95-120. (Coleção Mundo Rural Contemporâneo na Bahia; v. 5).

ANJOS, E.; ROCHA, A. G.; SILVA, D. O. da; SIMÃO, F. S. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria/RS, vol. 7, n. 14, p. 89-101, 2020.

ANJOS, E. *et al.* As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara/RS, v. 15, n. 2, p. 59-76, 2018.

ARAÚJO, R. A. B. de. **Feminismo e autonomia econômica:** uma avaliação da ATER Mulheres no município de Currais Novos/RN - 2015/2017. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

ARRIAZU, A. D. C. El patriarcado, como origen de la violencia doméstica. **Monte Buciero**, n. 5, p. 307-318, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BICALHO, E. B. A moralidade do patriarcado rural enraizada no Brasil: uma leitura de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Rev. Augustus**, v. 25, n. 50, p. 173-191, 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997.** Regulamento Técnico; "Condições Higiênicos-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos". Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília, 1997.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Republicada no D.O.U de 06/11/2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.

BUENO, C.; SILVA, S. M. V. da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Rev. NERA**, v. 23, n. 51, p. 279-299, 2020.

BUSSOLOTI, J. M.; ARANHA, M.; CUNHA, V. M. P. da. O world café como uma possibilidade interdisciplinar de aprendizagem ativa. **CIET: EnPED**, São Carlos, maio 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/850/577>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. 2010 In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-229.



COELHO, M. A. A. O território de identidade do Recôncavo Baiano: análise de uma literatura produzida. **Revista Scientia**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 10-25, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M.; SOARES, J. dos S. F. Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 213-221, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, F. T. da. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L. Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. In: MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. (Org.). **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**, Brasília, DF, Embrapa, 2021. p. 35-69.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FERNANDES, M. E. S. de A. C. O World Café e o aprendizado pelo diálogo: limites e possibilidades de um território de sentidos no processo de formação: "diagnóstico socioambiental na APA Embu Verde. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarchado Rural no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, v. 64).

GAMA, A. A. da; VELLOSO, T. R. Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros. In: VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 35-54.

GONÇALVES, J. A.; PEIXOTO, C. A.; LEDO, C. A. S.; PEIXOTO, M. F. S. P.; SAMPAIO, H. S. V.; SAMPAIO, L. S. V.; ALMEIDA, N. S. Componentes de produção e rendimento de amendoim em diferentes arranjos espaciais no Recôncavo Baiano. **Revista Brasileira de Oleaginosas e Fibrosas**, Campina Grande, v. 8, n. 2, p. 801-812, 2004.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

GUSMÃO, N. M. M. de. Terra de mulheres: identidade e Gênero em um bairro rural negro. **Revista de História**, n. 129-131, p. 81-100, 1994.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. São Paulo: Graal, 1979.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IFDM, ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. SISTEMA FIRJAN-IFDM, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=BA&IdCidade=292870&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 10 ago. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 29 jul. 2023.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. Trad. Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAYARD, R. **Happiness: Lessons from a New Science**. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005.

LEAL, L. S. G. *et al.* Os caminhos das mulheres na transição agroecológica: obstáculos e conquistas. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, Sergipe, 2020. **Anais [...]**. São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 115-124, 2016.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p. 352, 2010.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno “Segurança Alimentar”. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 1. Porto Alegre, 2001. **Anais [...]**. Porto Alegre: FSM, 2001. Disponível em: http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

NACIF, P. G. S. **Esta terra chamada Recôncavo Baiano**. Jornal A tarde, 16 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacfp/noticias/7-esta-terra-chamada-reconcavo-baiano>. Acesso em: 22 out. 2023.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NASCIMENTO, V. F. **Patriarcado rural: permanência ou superação? Uma análise das relações familiares no povoado brejo em Lagarto, Sergipe**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Journal of Human Growth and Development**, v. 17, n. 1, p. 39-51, 2007.

- PACHECO, M. E. **Sistemas de reprodução:** uma perspectiva de gênero. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero, 2002.
- PIMBERT, M. P. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 41-45, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 201-246.
- ROCHA, A. G. P.; ANJOS, E. G. dos. **Cooperativismo e associativismo rural na Bahia.** Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. 290 p.
- SANTOS, Â. A.; BARACHO, I. P. de S.; SILVA, M. R.; ANDRADE, H. G. Estudos rurais: Uma breve retórica sobre o patriarcado. **Braz. J. of Develop**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 76533-76548, 2020.
- SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SILVA, F. S.; ANJOS, E. G. dos. Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento. In: VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia:** lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 15-34.
- SILVA, N.; TOLFO, S. da R. Trabalho Significativo e Felicidade Humana: Explorando Aproximações. **Revista Psicologia:** Organizações e Trabalho, v. 12, n. 3, p. 341-354, 2012.
- SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: DI SABBATO, Alberto *et al.* (Orgs.). **Autonomia econômica e empoderamento da mulher:** textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.
- TAVARES, B. C.; MINUZZO, D.; SANTOS, A. B. P. dos. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparó-ES. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 1, 2021. p. 97-113.
- TEIXEIRA; M. S. Perfil da Mulher no Mercado de Trabalho. **ID online - Revista de Psicologia**, n. 17, 2012. p. 95-123.
- VEDANA, R.; GRACIAS, M. O.; SHIKIDA, P. F. A.; ARENDS-KUENNING, M. P. Análise dos determinantes da felicidade dos associados da lar cooperativa agroindustrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.1, 2021.
- VELLOSO, T. R.; ANJOS, E. G. dos. (Org.). **Mulheres rurais na Bahia:** lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.
- YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.